RECENSÃO CRÍTICA

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.). Os desafios do direito do século XXI: violência, criminalização, consenso, tutela digital e laboral. Coimbra: Almedina, 2019. 196 p. ISBN 978-972-40-8224-0.

EMANUEL CARVALHO

emanuelcarvalho-44900p@adv.oa.pt

GALILEU – REVISTA DE DIREITO E ECONOMIA · e-ISSN 2184-1845

Volume XX · 1st July Julho – 31th December Dezembro 2019 · pp. 203-208

DOI: <http://doi.org/10.26619/2184-1845.XX.2.1.02>

Renasce a obra “Os desafios do direito do século XXI”¹, focada agora na “violência, criminalização, consenso, tutela digital e laboral”, para prosseguir a linha de investigação *Law and Governance* do *Ratio Legis* – Centro de I&D em Direito da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), e firmar os conteúdos debatidos em três eventos científicos realizados em fevereiro de 2019 na UAL, nos quais participaram professores e investigadores portugueses e estrangeiros, alunos de cursos de Mestrados e Doutoramento da UAL, que têm comungado ou cooperado em projectos do *Ratio Legis*.

Edificada por ilustres académicos e profissionais do Direito, a obra eleva questões prementes, relevantes e até sensíveis considerando, *lato sensu*, a colisão entre direitos e garantias fundamentais, pelo que crê-se, seguramente, ter sido tão desafiante para

aos autores dissertar como será uma precisidade para os interessados absorver os seus pensamentos. E, assim, fomenta-se a partir de um ambiente doutrinal e profissional, bem como na esteira de instituições privadas e públicas, a reflexão e a (re)construção de respostas que evitem sacrifícios e retrocessos no caminho até agora trilhado, após as sucessivas guerras mundiais ocorridas do século XX, de crescente valorização do ser humano que promove a paz e segurança na comunidade, bem como o desenvolvimento social, económico e cultural da pessoa assente em direitos fundamentais.

A temática abordada realça um *modus vivendi* hodierno marcadamente global e digital, no qual têm emergido novas e complexas formas de violência e, consequentemente, tem sido marcado pela crescente violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais,

1 1.^a edição: VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.). Os desafios do direito (penal) do século XXI. Lisboa: Legit, 2018. 236 p. ISBN 978-972-8973-51-3.

2.^a edição: VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.). Os desafios do direito do século XXI: genoma humano, europeísmo, poder e política, constituição e democracia. Lisboa: Almedina, 2018. 240 p. ISBN 978-972-40-7746-8.

que justificam repensar e, *qui sapit*, redescobrir o Direito para, com os seus princípios e normas, refundar-se o ordenamento jurídico no sentido de, ao longo do século XXI, ser possível promover uma cultura de paz transnacional e uma sociedade assente na tutela da dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, os nove artigos que dão corpo ao livro ramificam-se numa primeira parte que analisa conjugadamente o direito (penal) vigente e o modo dissimulado da violência contemporânea. E noutra parte que, por seu turno, subdivide-se em dois temas relacionados com a tutela da personalidade, sendo que o primeiro está associado ao espaço digital (analisando ora a protecção e gestão dos dados pessoais, ora a autotutela) e o segundo ao domínio laboral (confrontando a dimensão jurídica da pessoa no mercado de trabalho com a elevada informatização dos seus procedimentos e a crescente presença da inteligência artificial).

O primeiro estudo, intitulado “A matriz oculta da violência na modernidade”, foi redigido por Ruth Chitó Gauer, Professora da PUCRS², e propõe, numa linha de pensamento jus-filosófica, uma reflexão sobre o paradoxo da liberdade contemporânea. Interpreta, assim, a liberdade individual como sendo proporcional à necessidade de normatização das condutas sociais, das quais pululam direitos e, em particular, se promove a igualdade entre (todas) as pessoas, a qual, ine-

xoravelmente, será garantida desde que haja respeito pelas diferenças individuais. Deste modo, seja pela via da normatização, seja pelo risco de segregação, o indivíduo hodierno condiciona a sua liberdade para sujeitar-se ao poder (decisório ou punitivo) da autoridade (leia-se do Estado) ou à vontade da maioria (leia-se da comunidade), restando-lhe eticamente um ínfimo espaço de afirmação singular. Estaremos a construir um novo modelo de Estado de Direito ou de “Não Direito”, eis o desafio que urge reflectir.

O artigo seguinte, da autoria de Fernanda Martins, Professora na UNIVALLI³, explora a partir de uma perspectiva subjectiva, centrada na mulher, o binómio que aparta as figuras do agente e da vítima de crime com vista a construir uma “nova” categoria conceptual que se dá pelo nome que compõe o tema apresentado: “Feminismos criminológicos”. E a autora desafia o pensamento jurídico enraizado no Brasil que associa a mulher ao papel de vítima, defendendo que a construção de políticas criminais e a edificação de um sistema penal igualitário necessita de ser centrado entre, por um lado, o raio definido pela referida linha tradicional de pensamento jurídico e, por outro, o raio delineado pela visão da mulher enquanto agente de crime, sendo que todo o espaço que preenche a circunferência constitui o conceito que propõe. Da teoria – seja feminista ou oposta – há habitualmente uma distância e as pontes

2 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

3 Universidade do Vale do Itajaí.

poderão ser construídas a partir de conceitos estereotipados ou singulares baseados estes na matriz que nos une – a humanidade.

Por seu turno, o Professor da PUCRS⁴, Augusto Jobim do Amaral, e a Mestranda da mesma academia, Ana Clara Elesbão, reflexionam sobre a criminalização de movimentos sociais e, em particular, o caso que no Brasil ficou conhecido pelo “a primavera secundarista”⁵. Consideram os autores que a democracia sai sempre beliscada quando um Estado neoliberal impõe socialmente a sua governabilidade com base em acções musculadas ou autoritárias, que *in fine* resumem-se a uma espécie de instrumentalização da justiça para servir os interesses públicos. Esta situação reflecte a contemporaneidade do “Direito Penal do Inimigo”⁶, pelo que urge repensar o Direito para preservar-se a cultura de paz universal que (de momento) vai sendo a tônica social predominante no século XXI.

A primeira parte da obra encerra com o estudo das “dimensões do consenso no processo penal” na “matriz oculta da violência na modernidade”, da autoria de Fabrício Pozzebon, Professor da PUCRS⁷. A reflexão conjugada dos conceitos de “violência”, “consenso”,

“política criminal” e “direito processual”, dos quais sobressai-se a análise da figura (controversa) da delação premiada vigente no ordenamento jurídico brasileiro e que passou recentemente a estar na nossa agenda política, conduziram o autor a identificar que a desarmonia entre o cronómetro legal e social tem contribuído para a diminuição das garantias juridico-processuais do indivíduo construídas ao longo dos últimos séculos ou, até mesmo, para o precipício daquele modelo penal, dado que até o princípio do contraditório tem sido posto em causa. Em reacção, defende a continuidade de um modelo penal inclusivo, capaz de articular a violência e o consenso no sentido de adaptar o processo à complexidade e agilidade dos meandros criminosos, sem desprezo pelas garantias típicas de um Estado (Democrático) de Direito.

O primeiro estudo da (segunda) parte dedicada à “Tutela jurídica digital e laboral do e no século XXI”, foi redigido pela Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho, Isabel Celeste Fonseca, e pelo Mestre em Direito e Advogado, Vasco Cavaleiro. Foi pretensão dos autores ensaiar sobre a efectividade, ou não, da transparência da actividade

4 *Idem* nota de rodapé n.º 2.

5 “A primavera secundarista” representou um movimento de tensão social marcado, por um lado, pela ocupação iliberal de escolas e de serviços responsáveis pelas políticas de educação no Brasil levada a cabo, essencialmente, por professores e alunos como forma de protesto contra o fecho de estabelecimentos por razões orçamentais, pugnano por um modelo de escola pública acessível à população e, assim, capaz de catapultar a sociedade para níveis superiores de instrução e inferiores de desigualdade. E, por outro, pela desocupação dos referidos espaços públicos conduzida pelas autoridades com base em intervenções, ainda que baseadas na legalidade, musculadas com vista a dissuadir a continuidade das reivindicações.

6 VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. *Direito Penal do Inimigo e Terrorismo*. Lisboa: Almedina, 2019. ISBN 978-972-4079-62-2.

7 *Idem* nota de rodapé n.º 2.

da Administração Pública face à vigência do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD) no nosso ordenamento jurídico⁸. Em detalhe, debruçaram-se à luz dos princípios da legalidade e da proporcionalidade sobre a colisão do designado modelo aberto de actuação da Administração Pública (tal como está desenhado na CRP⁹, CPA¹⁰, LADA¹¹ e LPD¹², e que garante direitos e liberdades ao cidadão essenciais para equilibrar a sua relação com o Estado), com a execução do RGPD, este como instrumento legitimante para proteger (ou, quiçá, ocultar) dados que os serviços públicos cada vez mais armazenam e partilham na presente era das redes digitais. Ao discorrer sobre a referida colisão foram identificando dificuldades conceptuais (como a diferença entre dados pessoais e nominativos) e materiais (associadas às restrições do direito de acesso por terceiros). Assim como, foram apontando caminhos para o RGPD não diminuir o controlo democrático da Administração feito pelos cidadãos (apelando ao resgate da ponderada jurisprudência do CADA). De todo o modo, antevê-se que a dimensão deste problema tenha tendência para ampliar, chamando-se, por exemplo, à colação o modo de gestão por parte do Estado do designado *Big Data* que têm ao seu dispor, tendo em conta

que actua ora como um ente dotado de *ius imperium*, ora como um mero particular, na qualidade de vendedor ou consumidor.

A segunda abordagem, epigrafada “A autotutela jurídica na era digital”, da autoria do Procurador da República e Doutorando da UAL, José Ramos, resenha notavelmente as formas de autotutela vigentes e em que medida estas apresentam-se, ou não, adequadas e eficazes para a sua acção ser, nos tempos em que correm, exercida no campo digital. Identificando a necessidade de reformulação dos tipos de autotutela com vista à ampla harmonia do nosso ordenamento jurídico vigente com a realidade presente marcada pela intensa utilização dos meios digitais, o autor oferece o esboço de duas normas, intituladas de “Legítima defesa digital” e “Estado de necessidade digital”. Ainda que estes tipos de autotutela sejam um mero esboço e não tenham sido afluídos outros aspectos conexos (como, por exemplo, a autotutela probatória), constata-se ter sido um primeiro passo ambicioso, dada a ausência de tratamento desta matéria em instrumentos internacionais, e decisivo para despertar a doutrina portuguesa a cogitar.

O terceiro artigo, intitulado “A tutela jurídica na era digital no quadro supanacional”,

8 O diploma europeu relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, denominado commumente pela sigla RGPD, foi aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016. Por sua vez, foi assegurado a execução daquele regulamento, na ordem jurídica portuguesa, através da aprovação da Lei n.º 58/2019, publicada no Diário da República n.º 151/2019, Série I de 8 de agosto de 2018.

9 Constituição da República Portuguesa.

10 Código do Procedimento Administrativo.

11 Lei de Acesso aos Documentos Administrativos.

12 Lei da Protecção de Dados Pessoais.

manuscrito por Maria João Escudeiro, Professora Adjunta do ISCAL-IPL¹³ e Professora Auxiliar do ISCPPI¹⁴, problematiza a viabilidade, ou não, de criar-se uma simbiose entre as novas tecnologias e os direitos humanos. A autora aponta laconicamente que as mudanças permanentes da sociedade por influência das evoluções tecnológicas desafiam o Direito a adaptar-se e a reconstruir-se, prevendo que somente uma ciência normativa orientada para a tutela da dignidade da pessoa humana e reserva da intimidade da vida privada possa almejar a parceria ideal entre a tecnologia e o Direito. De todo o modo será seguramente uma tarefa muito árdua para os juristas dado que a evolução tecnológica ocorre a cada nano-segundo, ao invés do Direito, bastando *in casu* evocar o burocracismo legiferante, ainda que este varie consoante o órgão ou o Estado.

O quarto tema apresentado pelo Advogado Cláudio Carneiro aborda, em tese, o modelo actual dos direitos fundamentais de segunda geração, designados por direitos sociais (tais como, a educação, a saúde, o trabalho, a habitação), como sendo garante, ou não, da promoção da igualdades na comunidade. Neste contexto, começa por apregoar que a boa governança deve estar presente numa “Neoconstituição” como um direito fundamental, de modo a que os direitos

sociais evoluam da dimensão programática, como tradicionalmente são emoldurados, para uma dimensão de exequibilidade fruto de uma actividade estadual proactiva e capaz de colmatar as reais necessidades dos cidadãos. Porém, o autor contrabalança esse desígnio e realça a ineficácia do sistema estadual quando evoca as limitações financeiras ou orçamentais para condicionar a concretização dos direitos sociais. A teoria da “reserva do possível” é, assim, considerada como uma espécie de travão da efectivação dos direitos sociais. Deste modo, o tempo urge e é necessário conceber soluções, as quais poderão não ser um mito intangível dado que têm vindo a ser desenvolvidas teorias financeiras baseadas na ética e solidariedade, que priorizam o bem-estar das pessoas em detrimento dos principais traços do capitalismo.

O último escrito apresentado por Carlos Proença, Professor Auxiliar da UAL, Professor Adjunto do ISCAL-IPL¹⁵ e Advogado, debruça-se sobre o direito a partir de uma óptica legal europeísta e na linha de investigação da tutela do trabalhador na era digital. Neste sentido e após percorrer os principais instrumentos de dimensão europeia¹⁶, o autor exalta que dignidade do trabalhador é uma manifestação da dignidade da pessoa humana e, como tal, deve-se continuar a apostar na tutela do trabalhador pois persiste a posição de fraqueza

13 Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa.

14 Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

15 Ibidem nota rodapé n.º 13.

16 A Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Carta Social Europeia e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores.

face ao empregador, agora também motivada ou agravada pela globalização e evolução tecnológico-digital que tem invadido o mercado laboral. Enaltece, ainda, os contributos das políticas e normas da União Europeia na construção de um mercado único pensado para respeitar e servir as pessoas/trabalhadores, ainda que haja um caminho a desbravar no sentido da harmonização comunitária que promova o binómio liberdade-igualdade, o qual se antevê complexo dado serem significativas as diferenças socio-económicas e políticas existentes entre os diversos Estados-membros.

Destarte, conclui-se a recensão da obra com a segurança que, por mérito dos autores, o exame de múltiplos temas afectos aos desafios que o Direito enfrenta no século XXI – focados ora no eixo “Direito-Violência”, ora na tutela jurídica da personalidade no domínio digital e laboral – elevou uma série de assun-

tos relevantes e prementes para instigar a reflexão na academia científica com vista à cooperação interpares no aperfeiçoamento dos ordenamentos jurídicos. Os artigos oferecem, ainda, diversos contributos para a evolução da cultura jurídica no sentido de reformar-se o Estado de Direito, rumo a um futuro de reconhecimento pleno da dignidade da pessoa humana e, por sua vez, de afirmação de uma sociedade livre, igual, justa e solidária.

* Doutorando em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa.

Como citar esta Recensão Bibliográfica:

CARVALHO, Emanuel (2020). Recensão Crítica de: VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.). **Os desafios do direito do século XXI: violência, criminalização, consenso, tutela digital e laboral.** Coimbra: Almedina, 2019. 196 p. ISBN 978-972-40-8224-0.